

RESENHA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2012.

Beatriz Sant'Ana da SILVA (UFMT)¹

Lavínia Miranda Maia dos SANTOS (UFMT)²

Fernando ZOLIN-VESZ (UFMT)³

Em tempos em que parece aflorar toda forma de discriminação, seja relacionada à cor da pele, à orientação sexual, à identidade de gênero ou à procedência de determinados grupos sociais, o livro *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, embora publicado haja quase uma década, ainda apresenta salutar discussão para os dias atuais ao abordar a construção histórica dos diversos preconceitos geográficos no Brasil, especialmente em relação ao povo nordestino. Como o próprio autor define, preconceito de origem geográfica está relacionado ao pertencimento a certo território, espaço ou lugar considerado inferior, atrasado, subdesenvolvido, além de estar ligado a relações de poder que criam diferenças e desigualdades, quer nos campos econômico, político e militar, quer nos campos cultural, social e religioso.

O referido livro apresenta três capítulos: o primeiro, cujo título é *A construção das fronteiras: uma revisão bibliográfica*, aborda as divisões territoriais como constituidoras das fronteiras e dos preconceitos; o segundo, intitulado *A formação do Estado Nacional brasileiro e os preconceitos por origem geográfica*, evidencia a origem desses preconceitos associados à criação da pátria e da identidade nacional brasileira; por fim, o terceiro, denominado *O preconceito contra o nordestino*, discorre sobre a historicidade da concepção de Nordeste e de seu povo, além de apresentar o preconceito contra o nordestino, incentivado inicialmente pelos interesses da própria elite nordestina.

No primeiro capítulo, o autor discute o modo como a demarcação de fronteiras contribui para a construção do preconceito. Para Albuquerque Júnior, esses conceitos prévios não são naturais, mas invenções motivadas por conflitos históricos, sociais e

¹ Email: beatriz201056@gmail.com

² Email: laviniaamaia@gmail.com

³ Professor da área de Linguística no Departamento de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem na UFMT. Email: fernando_vesz@hotmail.com

econômicos, que não passam de concepções distorcidas e incertas acerca do outro. A formação dos Estados Nacionais promoveu a homogeneização por meio de um governo único, delimitando territórios e padronizando sociedades. Consequentemente, intensificou rivalidades, disputas territoriais e discursos nacionalistas, precursores do preconceito geográfico, os quais definiam como possível ameaça qualquer pessoa, grupo social e/ou símbolo que se situasse afora dos limites produzidos. Além disso, conforme o autor, a colonização imposta por diversos países europeus a distintas regiões do planeta também desempenhou papel crucial na construção de estereótipos, visto que os colonizadores detinham o poder da escrita e da produção de sentidos, e, ao relatarem suas viagens, discorriam sobre os povos, as terras e os costumes que encontravam, iniciando o pensamento preconceituoso, muitas vezes reproduzido até os dias atuais. Dessa forma, ainda segundo o autor, o preconceito fortalece as linhas imaginárias que separam os territórios, em virtude das inúmeras definições existentes para considerar o outro.

Já o capítulo dois aborda a formação do Estado brasileiro e o surgimento de diversos preconceitos de origem geográfica ainda reproduzidos nos dias de hoje. De acordo com Albuquerque Júnior, o período pós-independência foi caracterizado pela manutenção da mesma estrutura vigente no período colonial, ou seja, a emancipação não desencadeou mudança significativa no âmbito político, econômico e social, uma vez que a riqueza e controle do Estado permaneceram sob domínio das elites agrárias, as atividades agrícolas e de exportação seguiram como principal prática econômica no país, e a escravização se estendeu até o final do século XIX. Nesse ínterim, conforme o autor, a definição da identidade nacional brasileira, vital para a constituição de um Estado-Nação ainda em formação, ficou a cargo daquelas elites agrárias, associadas à administração portuguesa implantada desde o início da colonização e, portanto, herdeiras dos títulos de nobreza aristocráticos ainda vigentes com a implantação do Império. Desse modo, o preconceito nasce com a própria estruturação do Estado-Nação, pois a criação do imaginário de povo brasileiro passa inevitavelmente pela concepção de aristocracia inerente à época, o que contribui para a exclusão e/ou distorção de fatos que ameaçassem a formação de uma história nacional homogênea.

Ainda no capítulo dois, Albuquerque Júnior amplia a discussão acerca dos preconceitos geográficos como uma construção histórica, fundada juntamente com a narrativa sobre cada lugar/território. No que se refere ao Brasil, o autor destaca a

motivação que levou os brasileiros a serem estereotipados como preguiçosos: as atividades braçais eram desenvolvidas pelos negros escravizados, já que as elites brancas se recusavam a desempenhá-las. Esse estereótipo constitui, segundo o autor, o começo para a criação dos preconceitos regionais, tendo em vista que, adotado pelos paulistas, que buscavam estabelecer-se como modelo de progresso no país, justificou a substituição nas lavouras da mão-de-obra dos negros pelos migrantes europeus, partindo de uma suposta relação de oposição entre a preguiça dos negros e a devoção ao trabalho daqueles migrantes (por se tratar de “uma raça biologicamente superior”). Esse posicionamento justificava, de certo modo, o “atraso” de regiões como Bahia e Rio de Janeiro, cujas populações eram compostas majoritariamente por ex-escravos. Esse “atraso”, de acordo com o autor, explicou a política, adotada na cidade do Rio de Janeiro, à época capital federal da República, de destruição dos cortiços do centro da cidade. O processo de expulsão dessa população empobrecida, em sua maioria formada por ex-escravos, originou o que passou a ser designado como favela, territórios que, como enfatiza o autor, ainda hoje são vítimas do preconceito de lugar, uma vez que relacionados à desordem, à violência e à pobreza.

No capítulo três, Albuquerque Júnior concentra-se na constituição histórica dos preconceitos contra os nordestinos. Conforme o autor, a fim de compreendê-los, dois aspectos são fundamentais: a construção da concepção de Nordeste e o papel desempenhado pelas elites nordestinas na história do país. Para o autor, a criação do imaginário acerca do povo nordestino teve início com as elites ligadas às atividades agrícolas, como a produção de açúcar e de algodão. O descontentamento dessas elites relaciona-se à suposta insuficiente assistência da União frente à crise econômica vivida por esses grupos desde que seus principais produtos de exportação perderam espaço no mercado internacional. Além disso, Albuquerque Júnior associa a construção da imagem do nordestino aos recorrentes períodos de seca e estiagem que sempre afligiram a região, os quais tomavam proporções ainda maiores: com o pretexto de ajudar a população, a elite nordestina solicitava recursos ao governo, mas os utilizava em benefício próprio. Tal fato contribuiu, segundo o autor, para a construção histórica dos nordestinos como um povo não apenas miserável, mas também corrupto, que vive à custa do governo e que depende financeiramente de outras regiões do país, reforçando o imaginário sobre o Nordeste como uma região atrasada e inferior, ainda comum mesmo nos dias de hoje.

Por fim, o livro *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, contribui decisivamente para a compreensão histórica da origem dos preconceitos geográficos consolidados na sociedade brasileira, dos quais são vítimas, dada a ênfase conferida pelo autor, principalmente os nordestinos. Entretanto, acreditamos que tal discussão pode (na verdade, deve) ser estendida aos mais diversos tipos de preconceito que ainda assolam muitos outros grupos sociais, tanto aqueles relacionados à procedência geográfica quanto os associados à cor da pele, à orientação sexual e/ou à identidade de gênero. Parece-nos ser imprescindível analisar tais preconceitos como construção histórica, de modo a questionar sua

naturalização e sua perpetuação nos dias atuais. Talvez, mais do que em qualquer outro momento da história, um livro que busque debater o preconceito se torne tão necessário, cuja leitura permite que diversos âmbitos da vida e do mundo social possam abordar/compreender essa temática, particularmente a formação de professores de línguas, uma vez que é por meio da linguagem que as diversas formas de preconceito se materializam – em especial, como destaca Albuquerque Júnior, as adjetivações que foram sendo atribuídas sociohistoricamente a determinados grupos sociais em virtude da origem geográfica e de lugar. Tratar de preconceitos nos estudos da linguagem, portanto, nos parece proporcionar a compreensão de como a linguagem os constrói/perpetua por meio de práticas que emergem com força na atualidade, retomando imaginários e estereótipos sedimentados nos porões da nossa história.